Discurso jornalístico cisheteronormativo: uma análise do silenciamento de pessoas trans em reportagens sobre pobreza menstrual[1]

Caroline Guarnieri Moretto[2]
Thaís Helena Furtado[3]
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Resumo
Esta pesquisa tem como objetivo compreender como a Folha de S. Paulo constrói os sentidos de gênero nas reportagens e notícias sobre pobreza menstrual, problematizando a exclusão de pessoas trans em seu discurso. Utilizou-se a definição de gênero como uma biofícção somatopolítica, conceito desenvolvido no âmbito das teorias *queer*. O jornalismo foi apresentado enquanto uma forma de construção social da realidade, que, neste caso, reproduz noções machistas e heteronormativas presentes na sociedade. A partir do uso da Análise de Discurso francesa (AD) como metodologia, foram analisadas 192 sequências discursivas (SDs), divididas em duas formações discursivas (FDs): FD1 Cisheteronormativa, com 80,73% das SDs, e FD2 Não Normativa. Por fim, foi possível concluir que as pessoas trans estão silenciadas nos textos analisados.
Palavras-chave: jornalismo; silêncio; Análise de Discurso, gênero, pobreza menstrual.

INTRODUÇÃO

O compromisso do jornalismo com as questões sociais fundamenta-se nas diretrizes éticas da profissão, no respeito aos direitos humanos, nas finalidades do ofício e nos critérios de relevância que orientam a seleção dos valores-notícia (Reginato, 2019; Traquina, 2005). Esse papel social da imprensa se materializa, por exemplo, na cobertura de problemas estruturais como a pobreza e as desigualdades sociais.

Nesse sentido, estima-se que metade da população brasileira menstrua ou já menstruou, embora uma parcela expressiva não o faça em condições dignas. Indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica e sem acesso a saneamento básico frequentemente recorrem a alternativas precárias para conter o fluxo, como pedaços de pão, panos ou algodão, o que acarreta sérios riscos à saúde. É frequente, também, que pessoas nessa situação faltem à escola ou ao trabalho, ou apresentem rendimento

[1] Trabalho apresentado na IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – 22ª Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 49º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.
[2] Graduada em Jornalismo pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS em 2025, e-mail: guarnierimcaroline@gmail.com.
[3] Orientadora do trabalho e professora do Curso de Jornalismo da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, e-mail: thaisfurtado93@gmail.com.

reduzido, por não conseguirem realizar a sua higiene de forma adequada – um cenário denominado pobreza menstrual.

Contudo, nem todas as mulheres menstruam, e nem todos que menstruam são mulheres, ao contrário do que o senso comum afirma. Trata-se de um processo fisiológico regular em corpos com útero e dinâmicas hormonais correspondentes à idade reprodutiva. Sob essa ótica, incluem-se sujeitos trans e não binários que possuem o órgão, mas se identificam com gêneros distintos do feminino, a exemplo dos homens trans. Antes de analisar as vivências dessa população em relação ao ciclo menstrual, precisamos reconhecer sua vulnerabilidade social no cenário nacional e global.

Dados de reportagem do Gênero e Número de 2024 apontam que, em 2022, o Brasil registrou uma média de 19 agressões contra pessoas trans por dia. Os indicadores evidenciam recortes sobrepostos de desigualdade: naquele período, aproximadamente 64% das violências atingiram mulheres trans, enquanto 60%, pessoas negras. No plano regional, o Rio Grande do Sul figurou como o 13º estado em assassinatos motivados por transfobia em 2024, de acordo com GZH e Agência Brasil. Foram contabilizados quatro óbitos em solo gaúcho face aos 122 do país, equivalente a um crescimento de 33% em relação a 2023. GZH reportou ainda 1.746 episódios de violações de direitos humanos contra a população trans no estado em 2024, um aumento de 27,44% comparado a 2023. Ao cruzar esses marcadores sociais com as dinâmicas da menstruação, entende-se que pessoas trans também se encontram expostas à pobreza menstrual.

A aceitação epistêmica de que sujeitos para além das mulheres menstruam demanda a superação de binarismos, adotando-se uma concepção de gênero que articule aspectos anatômicos, psicossociais e subjetivos. É essa perspectiva que legitima as identidades e vivências de homens trans e pessoas não binárias que menstruam, uma construção teórica amparada nos estudos *queer* – vertente que fundamenta os caminhos dessa pesquisa. A definição de gênero adotada baseia-se nos estudos de Paul Preciado (2018) nas últimas duas décadas, que o caracteriza como uma bioficção somatopolítica. Para o autor, o gênero é composto por características farmacológicas, audiovisuais e tecnológicas do corpo, o que faz parte do processo de subjetivação dos sujeitos a partir da consciência corporal. Desse modo, a inclusão das transidentidades nas discussões (e nas narrativas jornalísticas) acerca da pobreza menstrual exige que o gênero seja compreendido além das fronteiras estritas da determinação biológica.

Dado que a pobreza menstrual é uma pauta legítima e urgente para a agenda jornalística, parte-se do pressuposto de que os jornalistas precisam incluir nas matérias todas as pessoas que possam fazer parte desse cenário. A partir dessa premissa, o seguinte problema de pesquisa foi escolhido para orientar a monografia (Guarnieri, 2025): como a Folha de S. Paulo constrói os sentidos sobre gênero em reportagens e notícias sobre pobreza menstrual? A escolha pela Folha como objeto empírico justifica-se por seu posicionamento histórico e circulação nacional, o que oferece um panorama abrangente dos discursos produzidos pela imprensa tradicional.

Para responder a essa questão, foi delimitado o objetivo geral: compreender como a Folha de S. Paulo constrói os sentidos de gênero nas reportagens e notícias sobre pobreza menstrual, problematizando a inclusão e a exclusão de pessoas trans em seu discurso. A partir da observação empírica, o trabalho partiu da hipótese de que sujeitos trans enfrentam um processo de silenciamento no jornalismo, nesse caso, o do veículo analisado. Desse modo, a pesquisa busca atingir os objetivos específicos: a) compreender os conceitos de gênero a partir das teorias queer; b) identificar se a Folha de S. Paulo inclui a população trans nas reportagens sobre pobreza menstrual, cumprindo a finalidade de "esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade" (Reginato, 2019); c) verificar a relação entre os sentidos sobre gênero com as vozes presentes nas reportagens e notícias da Folha de S. Paulo sobre pobreza menstrual.

Em suma, a pesquisa estrutura-se na interseção de três eixos temáticos: gênero, jornalismo e pobreza menstrual, sendo sua relevância devida à escassez desse tema no cenário acadêmico. Durante a pesquisa para a realização do estado da arte, foram encontrados alguns estudos que debatem gênero e jornalismo, ou pobreza menstrual e pessoas trans, mas nenhuma unia todos os termos. A necessidade científica para a produção deste trabalho surge com a proposta de preencher uma lacuna dentro das pesquisas sobre jornalismo. Seguem os parâmetros teóricos e metodológicos adotados no estudo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao longo do século XX, uma série de transformações acadêmicas, políticas e sociais pavimentou o caminho para a separação conceitual e metodológica entre sexo e

gênero. As formulações sobre identidade de gênero são plurais, articulando, em diferentes graus, variáveis de ordem biológica, psicológica, sociocultural, linguística, geográfica e histórica. Esse debate ganhou contornos sociológicos importantes quando as vertentes iniciais do feminismo deslocaram para as ciências humanas um tema que, até então, encontrava-se restrito à abordagem clínica (Louro, 1997). Posteriormente, impulsionado pelo escrutínio médico-psiquiátrico sobre as corporalidades trans e intersexo – bem como pelo advento de terapias hormonais e cirurgias de redesignação –, consolidou-se um instrumental analítico voltado às vivências que rompiam com a matriz cisheteronormativa e binária: as teorias *queer* (Louro, 1997).

Frente a esse cenário, examinar as representações jornalísticas acerca da menstruação em corpos masculinos exige a adoção de um modelo teórico composto de gênero, capaz de legitimar as experiências transmasculinas e não binárias. Essa perspectiva viabiliza a compreensão das minúcias que cercam o ciclo menstrual – que, apesar de ser um fato hormonal, assume diferentes sentidos por meio da cultura – dentro desse recorte identitário e populacional. Portanto, o conceito de gênero escolhido para a pesquisa parte das primeiras teorias feministas e chega às teorias *queer*, em especial a bioficção somatopolítica proposta por Preciado (2018).

> O gênero farmacopornográfico não é metáfora nem ideologia; não pode ser reduzido a uma performance: é uma forma de tecnoecologia política. A certeza de ser homem ou mulher é uma biofícção somatopolítica produzida por um conjunto de tecnologias do corpo, técnicas farmacológicas e audiovisuais que determinam e definem o alcance das nossas potencialidades somáticas e funcionam como próteses de subjetivação. O gênero é um programa operacional capaz de desencadear uma proliferação de percepções sensoriais sob a forma de afetos, desejos, ações, crenças e identidades. Um dos resultados característicos desta tecnologia de gênero é a produção de um saber interior sobre si mesmo, de um sentido do eu sexual que aparece como uma realidade emocional para a consciência (Preciado, 2018, p. 127).

Preciado (2018) assume que os fatos físicos manifestados nos corpos humanos ganham significado a partir da cultura, como se a materialização corpórea da identidade estivesse, também, sujeita aos processos de socialização. Gênero, portanto, é a junção de partes que podem até parecer opostas ou sem relação à primeira vista, mas que estão intrinsecamente relacionadas: sociedade e hormônios, fatores ambientais e genética, cultura e sexo, tecnologia e subjetividade – inseparáveis e indissolúveis, ainda que não saibamos a extensão exata do envolvimento de cada um.

Logo, a dimensão de gênero extrapola o determinismo biológico, configurando uma instância inescapável que atua ativamente sobre as corporalidades sexuadas, do ponto de vista sociocultural. O modelo composto proposto por Preciado (2018) confere validade às vivências trans em sua totalidade; englobando corpo, mente e cultura, além das possíveis formas de transição que cada indivíduo pode escolher adotar ou não. Para os propósitos deste estudo, o conceito adotado é de que o gênero é composto tanto de cultura quanto de biologia, e cabe a cada indivíduo definir e expressar o seu.

Assim como o gênero possui diversas definições, a conceituação daqueles que se distanciam do padrão cisheteronormativo[4] também assume múltiplas configurações. Almeida (2012) salienta a impossibilidade de se estabelecer uma identidade única mesmo quando se delimita o universo transmasculino. Para o pesquisador, é possível dividir os sujeitos transmasculinos em grupos, a depender do grau de performance, intervenção cirúrgica ou hormonal e signos masculinos ou femininos a serem adotados por cada um. Tais posições não são estáticas, permitindo trânsitos individuais sem que uma vivência anule a legitimidade da outra. Compreende-se, com isso, que as masculinidades, sejam elas cis ou trans, não são homogêneas.

Certos procedimentos de afirmação de gênero adotados por homens trans, como o uso de testosterona e cirurgias ginecológicas, têm o potencial de suspender temporária ou definitivamente o ciclo menstrual. Porém, como nem toda pessoa trans precisa ou quer passar por uma transição clínica, ou ainda está no decorrer do processo, existe uma parcela que permanece capaz de menstruar e apresentar outros fatos fisiológicos tradicionalmente associados às mulheres. Para esses indivíduos, a menstruação pode ser uma parte provisória da vida, exclusiva do momento anterior ou simultâneo à transição, ou algo com o que conviverão durante toda a idade reprodutiva. Frank (2020, p. 2) afirma que "a menstruação informa a identidade de gênero de formas que normalmente são subversivas ou simbólicas em uma escala micro interacional".

Não falar sobre menstruação, não lidar com esse fato biológico publicamente, pode estar relacionado ao aumento do risco de uma série de complicações de higiene, saúde, acessibilidade e segurança física e psíquica. Nesta pesquisa, a análise não trata dos motivos que levam muitas pessoas trans a tentarem manter suas relações com a

[4] A cisheteronormatividade pode ser compreendida como o conjunto disciplinar e hegemônico de práticas e crenças que buscam instituir os padrões heterossexual e cisgênero como normativos, e todos os outros como desviantes e abjetos. Para saber mais, ver Jaqueline Jesus, 2013.

menstruação na esfera privada, por reconhecer as implicações do processo de disforia nessa realidade. A intenção reside, precisamente, em investigar em que medida e de que forma essas corporalidades são inseridas nas discussões jornalísticas sobre as vulnerabilidades físicas, sociais e econômicas trazidas pela menstruação, aqui tratadas sob o guarda-chuva de pobreza menstrual.

Para justificar a análise sobre os sentidos de gênero construídos no jornalismo e a presença de pessoas trans nas notícias, é preciso, em primeiro lugar, destacar que uma das funções do jornalismo é apresentar aos leitores as múltiplas formas de diversidade humana encontradas no mundo (Reginato, 2019), o que, evidentemente, inclui as pessoas trans. Conforme a autora, o jornalismo deve dar acesso à pluralidade do que é produzido no espaço social da humanidade, o que faz parte do direito social à informação. Cabe à imprensa tensionar as contradições e complexidades da condição humana, atuando também como promotora do diálogo social e da alteridade – fatores que impulsionam a manutenção de um mundo mais tolerante e inclusivo, que aceita diferenças como as de raça, de classe, de gênero e de sexualidade.

Esclarecer o cidadão sobre a pluralidade da sociedade é uma finalidade que se relaciona diretamente com outras levantadas por Reginato (2019, p, 221), como “ajudar a entender o mundo contemporâneo” e “registrar a história e construir memória”. Reginato (2019) afirma que é fundamental que o campo jornalístico não contribua para a exclusão de assuntos da agenda pública, como a própria diversidade, e sim exponha visões diferentes para problematizar pontos que precisam ser questionados, entre eles a homofobia, o racismo, o sexismo, a transfobia e tantos outros temas relacionados aos direitos humanos – para não representar a sociedade como se esta não contivesse conflitos de interesse importantes.

De acordo com Reginato (2019), a maneira como o jornalismo trata “o outro” está ligada com a obrigação de abordar o plural e o diferente. E a pluralidade não deve ser apenas política, como o senso comum pode supor, mas também sociológica, como defende Lago (2014): é preciso dar espaço no jornalismo para as mais diversas experiências humanas serem representadas. Os meios de comunicação, muitas vezes, tratam o Outro como exótico ou até como o inimigo, com resguardo, na tentativa de manter o abismo da segregação, ao invés da assimilação. Essa exotização, de fato, será questionada e problematizada pelas pessoas queer e trans. Portanto, a alteridade aparece

com a proposta de ser uma ponte entre o Mesmo e o Outro, promovendo um "encontro" pelas brechas do discurso que possibilita uma melhor compreensão do Outro.

O jornalismo consegue praticar a alteridade, também, por meio da incorporação de elementos que podem não caber em um lide, ou não parecer tão essenciais em uma primeira apuração, como as diferenças entre classes sociais e os impactos de discriminações como racismo, homofobia, sexismo e transfobia. Para Moraes (2019), a inclusão dessas reflexões no método de trabalho pode ser chamada de jornalismo de subjetividade, formato que, entre outras coisas, joga luz sobre as lacunas de sentido deixadas pelo jornalismo encabeçado por valores hegemônicos de classe, raça, gênero e sexualidade. A autora acredita, inclusive, que o jornalismo tornou-se um lugar confiável para tratar da verdade por meio de um "manto da objetividade, neutralidade e isenção" (Moraes, 2019, p. 205). Combater diferentes preconceitos seria, inclusive, uma das finalidades do jornalismo (Reginato, 2019; Moraes, 2019).

METODOLOGIA

O percurso metodológico deste trabalho ancora-se na Análise de Discurso de matriz francesa (AD), mobilizando conceitos formulados por Benetti (2016) e Orlandi (2007). Para compreender e realizar esse tipo de análise, é preciso, primeiramente, entender o que é discurso. Para a AD, o discurso é compreendido como o efeito de sentidos entre interlocutores, conforme Michel Pêcheux (1990), principal fundador do campo. Ou seja, o discurso é essencialmente intersubjetivo, não existe sem a presença de sujeitos.

Vale ressaltar que, em um primeiro momento, a intenção da pesquisa era analisar apenas os sentidos de gênero construídos pelo discurso jornalístico da Folha de S. Paulo. No entanto, durante a análise, tornou-se necessário expandir o escopo metodológico para desenvolver todos os achados. Portanto, este artigo também inclui o contexto teórico para justificar a abordagem sobre as vozes presentes no jornal nas matérias sobre pobreza menstrual.

Para a construção do corpus empírico, partiu-se de um levantamento no acervo digital da Folha de S. Paulo, utilizando o mecanismo de busca interna do próprio portal. Inicialmente, foram localizadas as matérias com a palavra-chave "pobreza menstrual" no corpo do texto. A partir da aplicação dos critérios de filtragem preestabelecidos

(Guarnieri, 2025), chegou-se a 25 textos, entre reportagens e notícias, publicadas entre 2020 e 2025. Desse material empírico, foram extraídas 192 sequências discursivas (SDs), que integraram o corpus discursivo.

Posteriormente, as SDs foram classificadas em duas formações discursivas (FDs) distintas: a FD1 (Cisheteronormativa) e a FD2 (Não Normativa). Como principais resultados, foi identificado que a FD1 concentra a maior parte das SDs, correspondendo a 80,73% do total. Já as SDs que compõem a FD2 representam 19,27%. Esse achado mostra que os sentidos de gênero construídos nas reportagens e notícias sobre pobreza menstrual na Folha de S. Paulo são preponderantemente cisheteronormativos, reforçando a associação do gênero a uma determinação biológica.

Considerando a hipótese sobre silenciamento da qual a pesquisa partiu, e frente aos resultados iniciais, foi necessário também analisar as vozes presentes no discurso jornalístico em questão, já que a análise de sentido não seria suficiente para compreender a complexidade do discurso. Essa etapa permitiu constatar que a formulação dos sentidos de gênero depende do sujeito locutor e da perspectiva enunciativa presentes nos textos. Na FD1, a maior parte das SDs está relacionada a documentos oficiais, enquanto a FD2 apresenta mais SDs cujos locutores são fontes entrevistadas e os próprios jornalistas. Foi possível concluir, então, que a grande maioria das SDs parte do ponto de vista de vozes cisheteronormativas.

O conceito de silêncio constitutivo formulado por Orlandi (2007) foi apresentado nas considerações finais para confirmar a hipótese do silenciamento das pessoas trans, pois apenas cinco pessoas trans foram incluídas como fontes nas reportagens e notícias analisadas. A pesquisa foi concluída com a apresentação de formas de como o jornalismo poderia combater essa realidade e cumprir com suas finalidades práticas e obrigações éticas, incorporando princípios de alteridade (Lago, 2014) e subjetividade (Moraes, 2019).

ANÁLISE E PRINCIPAIS RESULTADOS

Para a análise dos sentidos, o primeiro movimento que foi reunir e enumerar as 192 SDs a partir de paráfrases discursivas, conforme as regiões de sentido a qual pertenciam. Dessa forma, chegou-se às duas Formações Discursivas já citadas. Os

sentidos que compõem cada uma das FDs e a quantidade de SDs em cada uma delas são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1: mapeamento de sentidos

Formação discursiva (FD)	Sentidos	Quantidade de SDs	Recorrência
FD1 - Cisheteronormativa	Gênero está relacionado somente ao corpo físico. Apenas mulheres menstruam, e todos que menstruam são mulheres	155	80,73 %
FD2 - Não Normativa	Gênero é um modelo composto formado por corpo e subjetividade. Pessoas que possuem útero e determinadas funções hormonais podem menstruar, independentemente da identidade de gênero com a qual se relacionam	37	19,27 %
Total		**192**	**100 %**

Fonte: Guarnieri (2025).

Como pode ser visto, a FD1 Cisheteronormativa concentrou a maior parte das SDs: 155 de 192, o que corresponde a uma recorrência de 80,73%. Já a FD2 Não Normativa é composta por 37 SDs, ou 19,27%. Uma das formações discursivas concentra a maioria dos trechos analisados, sugerindo a existência de um sentido preponderante no corpus discursivo.

A FD1 ganhou o nome de Cisheteronormativa por ir ao encontro do entendimento social correspondente à cisheteronormatividade: o conjunto de crenças e práticas que admitem somente os padrões heterossexuais e cisgênero como norma, colocando, por consequência, as outras existências na posição de abjetas e desviantes (Jesus, 2013). Todas as SDs classificadas como pertencentes a essa FD admitem apenas um tipo de pessoa como sujeito da pobreza menstrual, e, consequentemente, da própria menstruação em si: a mulher. Isso pode ser percebido em citações diretas de fontes consultadas, ou em frases mais curtas e objetivas formuladas pelos próprios jornalistas envolvidos nas matérias. O vocabulário utilizado faz referência ao feminino pela flexão

do gênero gramatical das palavras e outros elementos sintáticos disponíveis no texto. As seguintes SDs exemplificam a FD1:

> "Essa questão é mais que um tabu, é um estigma. A pesquisa fala de pobreza menstrual, mas da pobreza que é ser mulher em uma sociedade que estigmatiza a natureza feminina", diz Mirian Goldenberg, antropóloga, responsável pela análise da pesquisa e colunista da Folha (T3 SD18).
>
> A iniciativa é financiada pela Kimberly-Clark, multinacional de produtos de higiene pessoal. Em algumas ocasiões, a empresa também distribui absorventes para parte das escolas. A diretora Rosemeire diz que até os meninos pedem esses produtos, para entregá-los às mães e irmãs em casa (T22 SD173).

Na SD18, o gênero referido como feminino aparece na fala direta de uma fonte consultada pela reportagem, ao falar de mulheres que são estigmatizadas. Porém, quando o assunto é a menstruação, seria somente a "natureza" das mulheres (entendidas, aqui, como as mulheres cis) a ser estigmatizada? Por outro lado, a SD173 chega a citar meninos na conversa sobre menstruação, mas apenas como facilitadores da política de distribuição de absorventes adotada pela escola, como se eles somente pudessem entregar o item de higiene às mulheres da família, e não eles mesmos usarem, se fosse o caso, como com homens trans.

A escolha pelo uso de substantivos femininos para tratar dessa temática não é aleatória. A AD aponta que os sentidos das FDs provêm de discursos anteriores, de uma construção social, histórica, ideológica e linguística que precede as falas dos sujeitos em questão (Benetti, 2016; Orlandi, 2007; Pêcheux, 1990). Logo, é possível resgatar a origem do entendimento concebido pela FD1: a definição, em primeiro lugar, do que é gênero. Ao repetidamente reafirmar que quem menstrua é a mulher – e somente ela – o discurso da sociedade (e do jornalismo) carrega o sentido de que o gênero é composto somente por elementos do corpo físico, por pré-determinações biológicas e morfológicas que não reconhecem qualquer autoidentificação diferente desta por outros corpos não incluídos nesse modelo essencialista e exclusivamente binário. Dentro dessa região de sentido, somente mulheres podem menstruar, e todos que menstruam são, obrigatoriamente, mulheres. É esse ideal reducionista de que o gênero e os órgãos genitais estão compulsoriamente relacionados que faz com que pessoas trans e não binárias que menstruam recaiam sobre os mesmos espaços de abjeção e descrédito que encontram em diversos outros contextos sociais.

Ao contrário da FD1, outro sentido apareceu nos trechos analisados, praticamente contrário ao sentido anterior. Como indicado na Tabela 1, a FD2 corresponde a menos de 20% das SDs. O sentido expresso nessas sequências discursivas é correspondente ao reconhecido pela vertente teórica *queer*. Nesta pesquisa, o aparato teórico e metodológico gira ao redor do entendimento de que gênero é uma mistura complexa de características quantitativas e qualitativas formadas por fatores biológicos, culturais e sociais, entre outros. É essa construção epistemológica que permite, entre outras coisas, reconhecer a existência legítima das mais diversas identidades de gênero que agem sobre as corporalidades. Com isso em mente, foram reunidas as 37 SDs que consideravam indivíduos trans e não binários como pessoas que podiam menstruar, e, consequentemente, viver a pobreza menstrual em diferentes instâncias – inscritas nesse modelo composto de gênero, oposto ao modelo cisheteronormativo reforçado pela FD1. Seguem dois exemplos da FD2:

> Mas a principal razão que levou Luiz Fernando Prado Uchôa, 37, coordenador do Núcleo de Transmasculinidades da Rede Família Stronger, a deixar de comprar absorventes foi o preconceito. “Quando você assume uma aparência masculina e vai comprar um absorvente, as pessoas perguntam porquê você está fazendo aquilo. Você entra na farmácia e precisa pedir ajuda, mas o atendente não está preparado para um homem que menstrua”, diz (T3 SD28).

> A pesquisa não ouviu homens trans e pessoas não binárias. De acordo com uma pesquisa da Faculdade de Medicina de Botucatu, da Unesp, a parcela adulta que se identifica como não binária (não pertencem a um gênero exclusivamente) e homens transmasculinos corresponde a 1,19% e 0,33%, respectivamente, da população brasileira (T18 SD143).

A SD28 mostra um outro aspecto responsável pela pobreza menstrual da população trans, além dos fatores já citados anteriormente acerca de condições socioeconômicas: o preconceito. Incluir falas de pessoas trans de forma direta, entre aspas, é uma das maneiras de o jornalismo reconhecer a importância desses indivíduos – o que está intimamente relacionado às obrigações éticas do jornalismo perante a construção social da realidade, como definido por Reginato (2019).

Já a SD143 exemplifica como o jornalismo pode questionar, ou pelo menos pontuar, a limitação dos dados acerca da pobreza menstrual. As pesquisas sobre o tema no Brasil e no mundo são limitadas, e os dados, incipientes. É importante reconhecer que, se os estudos são escassos para as mulheres que menstruam, eles são mais ainda para os homens trans e pessoas não binárias. O que essa SD faz é apontar que a pesquisa

referida no texto não inclui esse recorte populacional, para, em seguida, contextualizar a presença dessa identidade de gênero na sociedade brasileira. Ainda que a parcela dessa população seja proporcionalmente pequena – isso sem considerar possíveis questões empíricas que poderiam surgir no momento da colheita desses dados, como pessoas constrangidas em relatar sua verdadeira identidade de gênero –, o jornalismo precisa retratá-la.

O resultado dessa primeira etapa de análise mostra a existência de um sentido preponderante sobre o que é gênero nas notícias e reportagens que abordam a pobreza menstrual da Folha de S. Paulo, nos últimos cinco anos. A maior parte das SDs pertence à FD1 Cisheteronormativa, por corresponder aos sentidos construídos pela norma cisgênera e heterossexual vigente na sociedade. Assim, foi possível concluir que, pelo menos no recorte desta pesquisa, o jornalismo da Folha de S. Paulo é majoritariamente cisheteronormativo, reforçando um sentido que associa o gênero a uma determinação biológica. A construção e a existência desse sentido imposto pela cultura dominante é o que mantém as pessoas trans e LGBTQIAPN+ em geral em um lugar de abjeção e desumanização. Frente a sujeitos que fogem da norma do gênero e da sexualidade, a linguagem – que, como materialização da ideologia, não possui o aparato necessário para reconhecer outras existências não vinculadas à dita ideologia – entra em colapso.

Ainda que não seja possível classificar o discurso da Folha de S. Paulo como um todo monofônico sobre a pobreza menstrual, visto que existem SDs inscritas na FD2, pode-se afirmar que alguns textos são individualmente monofônicos, por estarem totalmente inscritos na FD1. O *corpus* discursivo também aponta para um discurso predominantemente monofônico, mesmo que existam vozes na FD2. A análise de vozes também mostrou a importância de escutar pessoas trans como fonte. Para representarmos o Outro no discurso jornalístico, não podemos apenas falar dele, precisamos, também, dialogar com ele. A ausência das pessoas trans nas reportagens foi um dos achados que corroboram o entendimento de como o silenciamento age sobre o gênero, na temática da pobreza menstrual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O silêncio em torno da pobreza menstrual não começa nem termina na diversidade dos corpos que a materializam. Há um percurso histórico e cultural

impregnado de juízos de valor que associam o ciclo menstrual a noções de impureza ou sujeira. Na visão de Frank (2020, p. 5), "a menstruação também é um estigma na sua perpetuação através do silêncio – o evitamento do tema em roteiros, interações cotidianas e espaços públicos é entendido como um indício do seu status estigmatizado". Não considerar homens trans e pessoas não binárias como sujeitos com possibilidade de menstruar parte do entendimento de que a materialização desse fenômeno fisiológico depende obrigatoriamente da identificação com o gênero feminino. Sob essa ótica, o silêncio não se estabelece na "relação entre um discurso verdadeiro e um discurso falso, e sim da relação entre um discurso imposto e um recusado" (Benetti, 2016, p. 250).

A partir do mapeamento de vozes que constituem o discurso jornalístico examinado, foi possível perceber que o silenciamento – compreendido aqui sob a ótica do silêncio constitutivo de Orlandi (2007) – é um fenômeno anterior ao próprio jornalismo, estando presente nas estruturas sociais. Já que todos os sentidos podem apagar outros possíveis, a construção do discurso cisheteronormativo, como o representado pela FD1, tem como consequência o apagamento do sentido contrário, não normativo. Cada vez que uma fonte ou uma pesquisa fala somente de meninas e mulheres como os indivíduos que vivem a menstruação, está determinando que outros corpos diferentes desses não vivem a menstruação. Ainda que não seja o jornalismo o "inventor" desse sentido, no momento em que os jornalistas não questionam e problematizam a limitação desses entendimentos, pode-se dizer que o jornalismo está, também, participando do processo de silenciamento de pessoas trans. A origem do silêncio não exime os jornalistas da responsabilidade de combatê-lo.

Ao admitir que o jornalismo hegemônico pode reforçar preconceitos, é preciso pensar em como o campo profissional pode reverter tal situação. São necessárias novas formas de olhar para a sociedade, considerando os entendimentos do mundo sensível, não só do objetivo. Romper com a lógica da cisheteronormatividade se mostra como um dever do jornalismo, na medida em que consideramos que essa realidade está diretamente ligada aos direitos humanos.

No plano prático, essas transformações podem se materializar em escolhas linguísticas aparentemente simples, mas que representam uma desestabilização profunda do discurso, como a adoção da expressão "pessoas que menstruam" em

substituição ao termo "mulheres" ao abordar a temática. Conforme apontam Benetti (2016) e Orlandi (2007), a ruptura do silêncio tensiona as redes de sentido consolidadas. Logo, o deslocamento coletivo de uma formação discursiva cisheteronormativa em direção a uma formação discursiva não normativa demanda uma reconfiguração do imaginário, da cultura e da própria ideologia que sustentam as normas sociais, gerando impactos estruturais em cadeia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Guilherme. Homens trans: novos matizes na aquarela das masculinidades? **Estudos Feministas**, v. 20, n. 2, p. 513-523, 2012.

BENETTI, Marcia. Análise de discurso como método de pesquisa em comunicação. In: MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (org.). **Pesquisa em comunicação:** Metodologias e Práticas Acadêmicas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

FRANK, Sarah. **Queering Menstruation:** Trans and Non-binary Identity and Body Politics. Sociological Inquiry, v. 90, n. 2, p. 371-404, 2020.

GUARNIERI, Caroline. **Sentidos de gênero:** O silenciamento de pessoas trans na cobertura da pobreza menstrual na Folha de S. Paulo. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Comunicação Social: Habilitação em Jornalismo) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2025. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/298483>. Acesso em 21 mar. 2026.

JESUS, Jacqueline. **O conceito de heterocentrismo:** um conjunto de crenças enviesadas e sua permanência. Psico-USF , v. 18, n. 3, p. 363–372, 2013.

LAGO, Cláudia. Ensinamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do Outro no jornalismo. **Brazilian Journalism Research**, v. 11, n. 2. Brasília: SBPJor, 2014.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação:** Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MORAES, Fabiana. Subjetividade: Ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral. **Extraprensa**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 204 – 219, 2019.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos, 6ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.

PRECIADO, Paul. **Testo Junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: N-1, 2018.

REGINATO, Gisele. **As finalidades do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2019.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**, v. 1. Florianópolis: Insular, 2005.